

**MUNDANAS E VALENTÕES: TRABALHO, MORADIA E VIOLÊNCIA NO
COTIDIANO DE PROSTITUTAS EM MACAPÁ, DÉCADA DE 1950****MUNDANAS AND BULLIES: WORK, HOUSING, AND VIOLENCE IN THE
DAILY LIVES OF PROSTITUTES IN MACAPÁ, 1950s**Amanda Cristina Souza da Silva¹

Resumo

Em Macapá, a interação entre homens e mulheres se destacou por emoções como amor e amizade, bem como companheirismo, mas também foi marcada por sentimentos negativos como ódio e ciúmes, além de episódios de violência. O objetivo desse texto é analisar as sociabilidades das prostitutas em Macapá na década de 1950, identificar quais eram as relações sociais construídas entre elas e os demais trabalhadores da cidade e como era o cotidiano da prostituição marcado por trabalho, companheirismo, amores, boemia e conflitos. A metodologia é baseada na leitura e análise de três processos judiciais de lesões corporais, utilizamos esse tipo de processo porque ele evidencia o contexto de violência em que essas trabalhadoras estavam inseridas em Macapá.

184

Palavras-chave: Prostituição; Macapá; Gênero.

Abstract

In Macapá, the interaction between men and women was characterized by emotions such as love and friendship, as well as companionship, but it was also marked by negative feelings like hatred and jealousy, along with episodes of violence. The aim of this text is to analyze the sociabilities of prostitutes in Macapá in the 1950s, identify the social relationships established between them and the other workers in the city, and examine the daily life of prostitution, marked by work, companionship, love affairs, bohemian lifestyle, and conflicts. The methodology is based on the reading and analysis of three

¹ Mestra em História (PPGH/Unifap). É pesquisadora do Laboratório de Estudos em História Social do Trabalho na Amazônia (Leshtam/Unifap) e do Grupo de Pesquisa Democracias e Ditaduras (GPDD/Unifap). E-mail: souza.amanda049@gmail.com.

court cases involving bodily harm; we use this type of case because it highlights the context of violence in which these workers were immersed in Macapá.

Keywords: Prostitution; Macapá; Gender.

Introdução

Nas encruzilhadas das ruas de Macapá e seus distritos, homens e mulheres teceram diariamente suas vidas pessoais, a história da cidade e do Território Federal do Amapá. A pesquisa histórica no Amapá tem se esforçado para abordar as relações de gênero e a história das mulheres em seus estudos, o que tem revelado a contribuição das trabalhadoras amapaenses na construção da História do Amapá. Conforme Joan Scott,

A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história. Tem tomado como axiomática a ideia de que o ser humano universal poderia incluir as mulheres e proporcionar evidência e interpretações sobre as várias ações e experiências das mulheres no passado. Entretanto, desde que na moderna historiografia ocidental, o sujeito tem sido incorporado com muito mais frequência como um homem branco, a história das mulheres inevitavelmente se confronta com o “dilema da diferença” (Scott, 1992, p. 77).

Desse modo, a experiência das mulheres difere da experiência dos homens por conta do seu gênero. Tratamos de trabalhadores e trabalhadoras pobres no presente texto, mas percebemos que as experiências deles, apesar de serem da mesma classe social, são diferentes justamente por conta de gênero. O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, é um instrumento de análise que nos permite compreender de que forma as identidades sociais como gênero, classe e raça se articulam e geram experiências de opressão. Assim, a interseccionalidade entre classe e gênero é essencial para entendermos as dinâmicas cotidianas. Nessa pesquisa, particularmente, não trabalhamos com o marcador de raça porque poucas fontes documentais registraram a raça e a cor dos envolvidos nos processos criminais. Não se trata apenas de uma história das prostitutas em Macapá, mas sim de uma história de como a prostituição estava inserida nas relações sociais de trabalhadoras e trabalhadores no espaço urbano macapaense.

A finalidade desse artigo é analisar as sociabilidades das prostitutas em Macapá na década de 1950, identificar quais eram as relações sociais construídas entre elas e os demais trabalhadores da cidade e como era o cotidiano da prostituição marcado por

trabalho, amizade, amores, boemia e violência. A metodologia empregada é a leitura e análise de três processos judiciais de lesões corporais, um tipo de processo que evidencia o contexto de violência em que essas trabalhadoras estavam inseridas em Macapá. Esses processos² guardam entre si aspectos em comum, tais como: o botequim/festa, a bebida alcoólica, o machismo³, a valentia, bordéis e as casas de habitação coletiva. Além disso, os autos têm em comum um “roteiro” seguido pelos nossos personagens: primeiro, a diversão em festas e botequins. Depois, o conflito ocasionado por bebida alcoólica, machismo, valentia e ciúmes. Esse enredo conta com o protagonismo das *mundanas* amapaenses, que ora estão se divertindo junto a homens e suas colegas, ora estão apartando brigas, sendo agredidas, ou mesmo sendo a “causa” de desentendimentos.

Dito isso, a discussão terá início com um breve contexto de Macapá na década de 1950 a partir da urbanização da capital amapaense, as transformações econômicas e sociais e os aspectos gerais do cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores pobres. Em seguida, serão discutidas as questões relacionadas às habitações coletivas, incluindo as relações de vizinhança, senhorio e companheiros de moradia com as prostitutas, além da embriaguez e da valentia como motores da violência. Por fim, serão debatidas as questões de amor e os impactos do trabalho das prostitutas nos seus relacionamentos amorosos.

Macapá na década de 1950

No início da década de 1940, Macapá era uma pequena cidade. Quando esse núcleo urbano se tornou a capital do Território Federal do Amapá (TFA) em 1944, começaram a ser formados bairros como a Doca da Fortaleza, hoje inexistente, e o bairro do Trem, também conhecido como bairro operário. Eram dois bairros habitados por trabalhadores amapaenses e migrantes que se estabeleceram na cidade. De acordo com Adalberto Paz,

Desde a criação do território, o Amapá passou a receber um número cada vez maior de migrantes egressos dos estados do norte e nordeste. Enquanto alguns vinham a convite do próprio governador – para ocupar altos cargos na administração pública –, a maioria era constituída de trabalhadores não-especializados que estavam em busca das novas

² Segundo Carlos Bacellar, “a convocação de testemunhos, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado” (Bacellar, 2011. p. 37).

³ Nesse texto, entendemos o conceito de machismo como “um sistema de *representações-dominação* que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos” (Drumont, 1980 p. 80).

oportunidades que as diversas frentes de trabalho proporcionavam (Paz, 2011, p. 38).

Logo, uma parte da capital foi se tornando a “Macapá Moderna”. Havia diversas construções em algumas partes da cidade que, há pouco menos de dez anos, nada mais era do que uma cidade com características de vila. Mas, engana-se quem pensa que essas construções atenderiam a todas as camadas sociais da população amapaense. Os trabalhadores construíam, mas não usufruíram do resultado do seu trabalho.

Enquanto eram abertas ruas e construídas casas de alvenaria pelo governo nas proximidades da praça Veiga Cabral, o igarapé da Fortaleza, que hoje corresponde ao canal da avenida Mendonça Júnior, ainda era formado por casas e pontes de madeira. Esse canal era habitado por trabalhadores pobres e pequenos comerciantes. Assim, começava a se delinear uma divisão social e econômica na cidade. Dessa forma, o TFA não fugia à regra da lógica capitalista: a classe dominante utilizava-se da força de trabalho dos subalternizados e estes seguiam elaborando maneiras de sobreviver em uma sociedade que não lhes era favorável.

O governo territorial não tinha apenas a intenção de realizar mudanças estruturais no Amapá. Também intencionava disciplinar mentes e corpos dos habitantes deste sertão do Brasil. Alguns “vícios” e comportamentos das classes pobres amapaenses não recebiam a aprovação da classe dominante. Em conformidade com Lobato:

O primeiro governador do Amapá, Janary Gentil Nunes, tentou a todo custo difundir entre os trabalhadores uma narrativa histórica na qual a sua posse simbolizava o fim de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade. Segundo ele, iniciava então um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso em todos os aspectos socioeconômicos (Lobato, 2014, p. 224).

O pessimismo, abandono, caos e atraso estavam diretamente relacionados ao modo de vida dos amapaenses: o tipo de moradia, a alimentação, os hábitos e costumes, até mesmo os tipos de relacionamento. Porém, as mudanças impostas pelo governo territorial não foram recebidas de forma harmônica e linear pelos trabalhadores e trabalhadoras. Houve resistências e “desvios” de comportamento. Quando falamos de resistências, nos referimos às táticas adotadas pelas trabalhadoras e trabalhadores em uma sociedade marcada pela insegurança estrutural.⁴

⁴ Este conceito é usado aqui da mesma forma que o historiador Sidney Lobato. Para ele, o conceito de *insegurança estrutural* se refere a um quadro instável, sem assistência para os habitantes da cidade e os recursos são insuficientes para o contingente populacional, principalmente para os mais pobres. Ver:

A população pobre amapaense morava nos bairros periféricos, portanto, as casas de habitação coletiva localizavam-se na periferia. Antes do processo de urbanização de Macapá alavancado pelo governo territorial, na década de 1940, uma boa parcela da população morava no que se tornou centro administrativo nas proximidades da atual Praça Veiga Cabral. A população negra que habitava essa área foi deslocada para bairros periféricos da cidade, como Laguinho e Favela, por não poder cumprir as exigências do governo territorial de construir casas de alvenaria em vez de casas de madeira ou taipa. Movimento semelhante ao que aconteceu no Rio de Janeiro no início da República, com as demolições de cortiços e casas de cômodo para a abertura de grandes e largas avenidas na administração de Pereira Passos, o que valorizou o espaço urbano e levou, conseqüentemente, à especulação imobiliária. Segundo Sidney Chalhoub, as soluções que os populares encontraram foram:

pagar aluguéis ainda mais exorbitantes que antes por casinhas ou quartos nos cortiços e casas de cômodos ainda existentes; outra opção era tentar mudar-se para os subúrbios, o que trazia o grave inconveniente de aumentar a distância a ser percorrida diariamente até o emprego; uma terceira opção era ir habitar um dos inúmeros morros que rodeavam o centro da cidade (Chalhoub, 2012, p. 134-135).

Assim como no Rio de Janeiro, a especulação imobiliária em Macapá era alta, com aluguéis de Cr\$ 200 mensais⁵ na periferia. Esse valor era dividido entre os moradores, o que era vantajoso para eles já que seria muito caro para uma só pessoa pagar o aluguel da casa. Para se ter uma ideia, com 200 cruzeiros era possível comprar 40 quilos de carne bovina.⁶

Segundo Antônio Rodrigues Velloso (1822, p. 13), na cidade de São Paulo no Brasil imperial, as mulheres pobres estavam “morando em casas e quartos de aluguel, construções pequenas de taipa, muito baixas, de telhado desabado, chão de terra socada, nos trechos mais pobres de ruas” (*apud* Dias, 1984, p. 24). Em Macapá, também havia casas de taipa especialmente no centro, mas as habitações mais comuns eram pequenas casas de madeira construídas principalmente com paus de paxiúba ou açazeiro, e cobertas

LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019.

⁵ O paraense Paulo Bastos de 60 anos, (comerciário, casado e alfabetizado), depôs que em 20/11/51, transacionou a compra de uma barraca no Trem com Gasparino Melo; que tal barraca custara Cr\$ 400 e neste mesmo dia alugou a dita barraca para a meretriz Maria Rosa, que a ocupou por apenas três dias. Desde essa data, “Mariquinhas” (Maria Lúcia) ficou responsável pela dita barraca, que a alugou por Cr\$ 200 mensais (AFCM, processo nº 585,1952, p. 10).

⁶ Em 1948, o quilo da carne bovina custava Cr\$ 5 (Lobato, 2019, p. 115).

de palha. As casas de madeira eram construídas dessa forma tanto em terra firme quanto em áreas alagadiças, como na doca da Fortaleza. Esse modelo de casa incomodava o governo territorial, que tinha a intenção de modernizar e “trazer o progresso” ao Amapá. Fato é que longe das vistas do governo territorial, as moradias de madeira continuavam predominando na capital. Exceto no centro administrativo onde foram construídas casas de alvenaria para o governador e seus assessores diretos.

Rachel Soihet justifica que o “problema da habitação coletiva [...] se impunha às famílias pobres, devido ao encarecimento das habitações” (1989, p. 207). As moradias coletivas eram bem comuns em uma cidade como Macapá que estava se modernizando e crescendo rapidamente. Migrantes chegavam sem ter onde se estabelecer e acabavam buscando formas mais rápidas de conseguir moradia. Não devemos esquecer que os trabalhadores e trabalhadoras pobres não tinham condições de ter moradia própria devido ao alto custo, sobretudo na capital amapaense onde a especulação imobiliária era alta, até mesmo em espaços periféricos. Assim, pessoas de diversas origens e profissões conviviam diariamente nessas casas de moradia coletiva. Nelas as prostitutas dividiam moradia entre si e até com famílias. Como o cômodo que as meretrizes ocupavam também era seu local de trabalho, o convívio entre elas e os outros inquilinos podia ser conflituoso.

Segundo o historiador Adalberto Paz, junto às frentes de trabalho, crescimento urbano e populacional, começaram a surgir botequins, casas dançantes e bordéis para a diversão e lazer dos trabalhadores do Amapá:

Paralelo ao desenvolvimento orquestrado pelas instituições oficiais, crescia um universo autônomo apartado da disciplinarização oficial. A multiplicação de ambientes de convívio e lazer tipicamente populares, através da rápida disseminação de bares, botequins, bordéis e prostíbulos no centro da capital amapaense, é um dos sintomas mais expressivos que atestam o florescimento desse espaço próprio (Paz, 2011, p. 41).

Lobato também escreve que “o rápido crescimento da urbe macapaense poderia ser bem representado pelo vigor de seus entretenimentos noturnos. O grande número de clubes e botequins existentes evidenciava uma pujante movimentação de amantes da boemia” (Lobato, 2014, p. 229). E acrescenta que, no Carnaval, “enquanto os clubes ofereciam bailes aos mais endinheirados, as ruas e as praças eram o território da folia popular” (Lobato, 2014, p. 238). Temos aqui mais uma segregação de espaço: os bailes de clubes eram os locais frequentados por pessoas mais abastadas; as ruas e botequins,

por sua vez, eram os locais preferidos dos populares.⁷ Para Sidney Chalhoub, o botequim é um espaço privilegiado para observar o cotidiano dos trabalhadores:

a venda ou botequim é cenário para o surgimento e desenrolar de rixas e conflitos pelos mais variados motivos, desde os problemas ligados ao trabalho e habitação, passando pelas questões de amor e de relações entre vizinhos, até as contendas por motivos mais especificamente ligados ao lazer, como os jogos, o carnaval ou a bebida (Chalhoub, 2012, p. 312).

De fato, no botequim são construídas diversas sociabilidades. No caso específico de Macapá, observamos que o consumo de bebida alcoólica aliada a atitudes machistas, ciúmes e rixas causou tensões entre casais, conhecidos, vizinhos, senhorios e inquilinas. É importante destacar que esses espaços não se limitavam a brigas e violência, mas essa é uma característica proposta pelo tipo de fonte utilizada, os processos criminais.

O amasiamento⁸ dos trabalhadores e trabalhadoras não seguia o modelo ideal de família burguesa⁹ que almejava a formalização do casamento. Com a divisão sexual do trabalho, esperava-se que a mulher fosse o suporte doméstico do homem para que ele fosse um bom empregado. No entanto, as famílias pobres do Amapá não tinham apenas o homem como provedor da casa, a mulher realizava atividades para contribuir com o sustento da família tanto quanto o seu marido. Como consequência, já não eram submissas e dependentes de uma figura masculina, como o discurso hegemônico gostaria que fossem. Logo, além de ser “suporte doméstico” do homem, era esperado que a mulher, solteira ou casada, fosse recatada e preservasse a sua honra, mas as mulheres pobres tinham os seus próprios ideais de mulher honesta.

As mulheres amapaenses poderiam ingressar em uma variedade de trabalhos domésticos como babás, lavadeiras, empregadas domésticas, costureiras. Poderiam também atuar em atividades ligadas ao comércio, pequenas vendas, pensões e aluguel de casas. Outro trabalho disponível era a prostituição. As prostitutas geralmente viviam em cômodos de habitações coletivas compartilhando a moradia com outras prostitutas e/ou

⁷ Sobre essa relação da classe e do lazer amapaense, ver também: DA SILVA, Amanda Cristina Souza. *Mulheres de vida livre: prostituição e mundos do trabalho na Amazônia setentrional*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

⁸ Eram definidos como amasiamento os relacionamentos estáveis sem formalização legal ou religiosa, namoros e casos extraconjugais.

⁹ Eric Hobsbawm observou que, com a ascensão do capitalismo, houve uma divisão entre o ambiente de trabalho e o lar. Nesse cenário, o homem, atuando como provedor, era responsável por buscar o sustento fora do lar, enquanto a mulher dedicava-se à manutenção do ambiente doméstico. Apesar disso, tanto mulheres quanto crianças contribuam com trabalho doméstico não remunerado e realizavam atividades que proporcionavam algum retorno financeiro, embora estas fossem consideradas fontes de renda secundária e complementar, e não a principal (Hobsbawm, 1988, p. 278-279).

outras trabalhadoras e trabalhadores. No quadro a seguir serão mostradas algumas características do perfil de prostitutas de Macapá:

Tabela 1 – Prostituição na cidade de Macapá (1950-1958)

Prostitutas por bairro/distrito		Faixa etária	Alfabetização		
			Sim	Não	Não informado
Favela	5	15-27 anos	4 (24%)	10 (59%)	3 (18%)
Trem	6	18-33 anos			
Doca da Fortaleza	4	22-25 anos			
Porto Grande	1	18 anos			
Não informado	1	22 anos			
Total	17				

Fonte: Elaboração própria a partir de fontes do Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá.

Esse quadro foi construído a partir de processos criminais, as dezessete meretrizes que o compõem foram vítimas, testemunhas ou acusadas de crimes. Com isso, identificamos que elas moravam em bairros periféricos, a faixa etária estava entre 15 e 33 anos, sendo que a maior parte delas estava na casa dos 18 aos 22 anos. A maioria delas era analfabeta. O analfabetismo indica que eram mulheres pobres e desde muito novas tiveram que começar a trabalhar. Uma das moradoras da Favela já era prostituta aos 15 anos e pode ter iniciado na profissão aos 13 ou 14 anos. Eram mulheres inseridas no mundo do trabalho desde crianças, trabalhando com serviços domésticos, e não tinham a possibilidade de estudar, salvo algumas exceções.

Moradia, relações de vizinhança e embriaguez

No Rio de Janeiro, as prostitutas moravam em casas coletivas no centro da cidade. No início da República, passaram a ser perseguidas por autoridades policiais em uma campanha de saneamento. Em alguns casos, as prostitutas compartilhavam o mesmo prédio com outras famílias, já que alugavam cômodos. Geralmente, ocupavam os cômodos da parte da frente, com acesso mais rápido à rua, para exercer a chamada “prostituição de janela”.

Segundo Cristiana Schettini, para ocupar as partes frontais dos prédios, as prostitutas pagavam valores mais altos do que os demais inquilinos. Porém, para a autora, essas ocupações também são justificadas por um “cumprimento coletivo de certos acordos tácitos, como por exemplo que casas de frente serviriam apenas a negócios, prostituição

e a moradia de homens solteiros, ou que mulheres que não fossem prostitutas deveriam manter-se distantes das janelas fronteiras” (Schettini, 2002, p. 214). Assim, as famílias que moravam nesses prédios no centro do Rio de Janeiro se estabeleciam nos cômodos dos fundos porque a prostituição de janela já era uma característica marcante dessa área da cidade. E mulheres que não exerciam o trabalho de prostituta deveriam evitar as janelas da frente dos prédios para que não fossem associadas ao trabalho da prostituição.

Já Rachel Soihet, que enfoca a relação “policiais vs. prostitutas” no centro do Rio de Janeiro, escreve que as forças da ordem social procuravam atender “às prescrições da ‘higiene’ e, em última instância, aos interesses da burguesia ascendente que buscava garantir tal espaço para o seu convívio exclusivo” (Soihet, 1989, p. 208). A sanitização e higienização das ruas centrais do Rio de Janeiro tinham relação com o uso daqueles espaços “privilegiados” em favor do capital.

Diferente do que aconteceu na capital da República no fim do século XIX e início do século XX, em Macapá não houve uma perseguição efetiva às moradias das prostitutas por parte das autoridades governamentais. Contudo, as “mundanas” moravam em bairros periféricos, logo, não estariam frequentemente nas áreas centrais da cidade. Por outro lado, a vizinhança das prostitutas nas periferias somente as aceitava se fossem discretas ou mantivessem um comportamento “adequado”, como explica o historiador Sidney Lobato ao dar o exemplo de Alexandra, prostituta muito criticada por ser “devassa” junto a suas colegas de profissão e ultrapassar a tolerância de seus vizinhos:

O paraibano João da Costa (braçal de 33 anos e residente no Laguinho) ressaltou que Alexandra era meretriz e tinha proceder “de absoluta devassidão”, “não respeitando com suas companheiras de infortúnio o decoro público e a moral da vizinhança, havendo no prostíbulo onde ela vive constantes cenas de deboche e embriaguês alcoólica, sendo ele, prostíbulo, frequentado por jovens de pouca idade”. (Lobato, 2019, p. 219-220).

O comportamento indecoroso de Alexandra e suas colegas não era visto com bons olhos pela vizinhança, mas esse pequeno fragmento também revela que ela morava em um bordel. A embriaguez alcoólica e a faixa etária dos frequentadores também incomodavam. Sobre a questão da moradia, em Macapá, era comum que prostitutas dividissem a mesma residência sem que, no entanto, esta fosse um prostíbulo.¹⁰ As casas

¹⁰ É importante destacar que a linha que separa uma casa de habitação coletiva de um prostíbulo ou bordel é muito tênue. Fazemos a distinção a partir da profissão dos moradores da residência ou caso haja uma pessoa responsável pela casa, como é o caso da Leonor.

eram definidas como moradias coletivas, do mesmo modo que as casas de cômodos de outros trabalhadores.

No entanto, houve casos em que conseguimos identificar bordéis, como no processo a seguir. Um desses prostíbulos foi palco de uma briga que acabou parando na delegacia. O processo, datado de janeiro de 1953, narra uma confusão ocasionada pelo motorista Raimundo (paraense, casado, 30 anos), na casa de propriedade da meretriz paraense Leonor (33 anos, viúva e analfabeta), localizada no bairro do Trem. A desordem por ele causada, segundo o processo, incomodou o comerciante Mário (29 anos, casado e alfabetizado), que estava pernoitando com a meretriz Terezinha, (paraense, 22 anos e analfabeta). Segundo Leonor, Raimundo iniciou a desordem porque

procurou entrar em entendimento com a mundana Evilásia de tal, para pernoitar com a mesma, no que foi repelido pela mesma que alegava estar se sentindo mal; que contrariado com isso, Raimundo passou a dirigir insultos a Evilásia, terminando por ameaçar de arrombar a porta do quarto desta. (AFCM, processo nº 727, 1953, p. 11).

Todos os envolvidos estavam em uma festa dançante no bar Pacaembu e por volta de meia-noite retiraram-se rumo à casa de Leonor. Raimundo disse que “como os seus colegas tivessem conseguido, cada qual uma mulher”, ele “ia se retirar, da referida casa” (AFCM, 1953, p. 11).

Porém, o depoimento de Raimundo foi contrariado pelas outras testemunhas. Mário disse que estava no quarto de Terezinha quando Raimundo começou a bater forte na porta do cômodo. Terezinha, por sua vez, afirmou que Raimundo estava alcoolizado. Segundo os depoimentos, Mário foi ver o que estava acontecendo e reclamar com a proprietária da casa, Leonor, mas ao sair do quarto foi recebido por Raimundo com um tapa e os dois entraram em luta corporal, que acabou disparando uma arma que Mário trazia consigo. Raimundo alegou que o tiro havia atingido sua orelha, ao que Leonor desmentiu, por acreditar que o tiro tinha atingido o telhado de palha da casa. De fato, o exame de corpo de delito atestou que o ferimento na orelha de Raimundo foi causado por forte soco e não por bala.

Foi comprovado, através dos depoimentos de Terezinha e Leonor, que Raimundo foi o causador da confusão. Na abertura do processo, somente Mário era réu. Porém, após as falas das testemunhas, Raimundo foi incluído no artigo 129 que configura lesões corporais. Pela análise dos depoimentos, é possível perceber que nessa casa moravam

diversas meretrizes. Leonor disse que voltavam da festa junto dela Herundina, Evilásia, Maria Rosa e Maria de tal, e que todas moravam juntas, incluindo Terezinha.

A recusa de Evilásia deixa evidente o machismo de Raimundo que, ao não aceitar a negativa dela, expôs a sua valentia ao iniciar uma briga simplesmente por não conseguir lidar com a rejeição de uma mulher. Isso porque a noção de masculinidade de que o homem detém poder sobre o corpo da mulher fica evidente neste caso, principalmente por ser uma prostituta, aquela que deve atender aos desejos e vontades sexuais masculinas. Portanto, percebemos que a combinação de álcool e a negativa de Evilásia culminou no conflito anteriormente narrado.

Outro processo, de junho de 1952, trata de uma confusão regada a álcool. Após uma bebedeira na praia do Beirol, dois homens se desentenderam e um feriu o outro no peito (AFCM, processo nº 649, 1952). Em uma casa de habitação coletiva de sua propriedade no bairro do Trem, o pedreiro Ocimar (amazonense de 25 anos, solteiro e alfabetizado), feriu o trabalhador braçal Francisco (cearense de 20 anos e alfabetizado) com um canivete. Além disso, quebrou objetos de algumas meretrizes que eram suas inquilinas. No depoimento do caso, Ocimar disse que bebia com a vítima e outros homens na praia do Beirol. Após a bebedeira, os dois foram até sua residência no Trem e iniciaram uma discussão. Até então, os dois não tinham nenhuma rixa e mantinham uma relação amistosa.

Segundo a doméstica Maria Barbosa (20 anos, solteira, alfabetizada), vizinha do local onde se deu a confusão, Ocimar entrou na casa e começou a provocar suas inquilinas que eram meretrizes, derrubando vários pertences delas ao entrar em seus quartos. Francisco dissera em seu depoimento que foi tomar banho na praia do Beirol com Ocimar e algumas prostitutas, quando, por volta das 16h, foram para a casa do agressor. Ele afirmou que estava conversando com a meretriz Maria de tal¹¹ no quarto dela quando Ocimar iniciou a desordem. A mundana Maria Borges de 23 anos (paraense, solteira e analfabeta), moradora de uma casa de habitação coletiva em frente à casa de Ocimar, com quem foi amasiada, foi quem ajudou a apaziguar a briga, auxiliada pela colega Domingas Coutinho, também prostituta. A confusão foi presenciada pelas meretrizes Mariquinha, Domingas, Maria Borges e Maria da Solidade. As outras prostitutas, inquilinas de Ocimar, apesar de terem seus objetos danificados, não prestaram depoimento, o que pode ser justificado como uma forma de não confrontá-lo, já que ele tinha uma relação de poder

¹¹ Vale mencionar que não há indícios de que seja a mesma “Maria de tal” citada no processo anterior.

com elas como proprietário da casa. Além das meretrizes, havia uma outra moradora na residência que trabalhava como doméstica, Odete (21 anos, paraense e alfabetizada), que ocupava um cômodo com seus três filhos.

Assim, é aqui possível delinear uma vizinhança composta por meretrizes e outros trabalhadores: em uma mesma rua, havia mais de uma casa de habitação coletiva em que algumas das inquilinas trabalhavam com prostituição e conviviam com pessoas de outras profissões nos mesmos espaços. Observamos também o relacionamento de Ocimar com suas inquilinas, que de acordo com os relatos das testemunhas, não era muito amigável, pois sempre que ele estava embriagado dirigia ofensas às prostitutas. Este exemplo ilustra que, embora aceitas nessas residências (provavelmente devido à necessidade financeira do proprietário), a contribuição financeira dessas trabalhadoras não assegurava seu respeito. Consequentemente, elas enfrentavam a marginalização associada à sua profissão.

O ciúme e os relacionamentos amorosos

Na vila de Porto Grande, então distrito de Macapá,¹² houve uma confusão entre alguns homens na saída de uma festa. O paraense Raymundo (23 anos, ambulante, branco e alfabetizado), vulgo “Didico”, disse que foi a uma festa dançante no Bar Guarani onde se encontrou com alguns conhecidos e começou a beber. Ali, dançou com a meretriz Maria José. Com o fim da festa, saiu com Maria em direção à casa dela, mas não prosseguiu pois esta havia dito que não queria mais passar a noite com ele. No caminho de volta, “Didico” se deparou com um grupo de homens e foi agredido. No depoimento, foi perguntado a ele se conhecia Pedro, amásio de Maria José, ao que ele respondeu que não e nem sabia que era amante dela. Além disso, falou que conhecia Maria há um tempo, mas que nunca havia tido intimidade com ela (AFCM, processo nº 1.260, 1958).

Maria José, conhecida como “Maria Piolho” (paraense, parda, 18 anos, solteira, sabia assinar o nome), disse em seu testemunho, que:

Na referida festa se encontrava entre os frequentadores o seu amante Pedro Lima, trabalhador da Companhia Icomi¹³, com quem vive maritalmente cerca de sete mezes, porém, dias antes da citada festa havia se desentendido por questão de ciúmes. Que durante a mencionada festa se comprometera de sair junta com “Didico” até sua

¹² Nesse período, Porto Grande era um distrito de Macapá e foi elevado à condição de município no ano de 1992.

¹³ Icomi – Indústria e Comércio de Minérios S/A foi uma empresa mineradora que explorou minério de manganês durante cinco décadas no Amapá.

residência, tão logo terminasse a brincadeira, o que efetivamente se deu, aproximadamente, às vinte e quatro horas, mas quando chegaram próximo de sua casa “Didico” dissera a declarante que não ia mais com ela alegando naquela ocasião que era um homem casado e tinha duas mulheres (AFCM, processo nº 1.260, 1958, p. 9).

O paraense Pedro (21 anos, pardo, solteiro e braçal da Icomi), por sua vez, alegou que, ao fim da festa no Bar Guarani, acompanhou uma conhecida até a casa dela e depois retornou pelo mesmo caminho porque queria observar Maria José, que ele viu na festa na companhia de Raymundo. Ele afirmou que a briga referida anteriormente foi iniciada por Raymundo. No mesmo dia, pela tarde, Pedro decidiu visitar Maria José, momento em que se reconciliaram e “continuam a manter as relações de amizade” (AFCM, processo nº 1.260, 1958, p. 11). Quando perguntado sobre qual a sua reação ao ver Raymundo e Maria José juntos, disse que não deu importância nenhuma, pois sabia que Maria não levaria Raymundo até sua casa. Ao fim, não ficou claro qual o motivo do desentendimento entre eles. O processo ficou sem solução e o crime prescreveu.

Assim, observamos que as prostitutas se amasiavam. Contudo, o amasiamento não significava que elas abandonariam o meretrício, como foi o caso de Maria José que, mesmo amasiada com Pedro, não deixou de exercer a sua atividade. Maria Borges também foi a amásia de Ocimar durante um tempo, mas não é possível afirmar se continuou exercendo a profissão ou abandonou durante esse período. O que podemos afirmar é que após o término do relacionamento, ela exerceu seu trabalho como meretriz.

Desse modo, mesmo com os ideais hegemônicos de mulher honrada e/ou virgem para que as mulheres merecessem respeito, os trabalhadores não hesitavam em “se juntar” a uma mulher que era prostituta.¹⁴ Segundo Cristina Wolff, na região do Alto Juruá no Acre, a

“carreira” de prostituta [...] não excluía a possibilidade de casamentos ou uniões estáveis que podiam corresponder a períodos de “parada no meretrício”, ou mesmo acontecer paralelamente. É o que depreende de vários processos envolvendo prostitutas de Cruzeiro do Sul, fenômeno aliás bastante urbano, pelo menos em seu aspecto mais aparente (Wolff, 1999, p. 83).

Com isso, podemos fazer uma comparação com os relacionamentos amorosos citados aqui. Assim como nos seringais do Acre, as meretrizes da capital do Amapá viviam amasiadas e em alguns casos conciliavam o relacionamento com o seu trabalho. Sendo assim, a profissão de meretriz não impedia a construção de relações amorosas

¹⁴ Estamos nos referindo a esses dois casos, o que não significa que isso era uma regra em Macapá.

duradouras. Pedro, por exemplo, diz que frequentava a casa de Maria José e era amasiado com ela havia sete meses. Inclusive, Maria Modesto, amiga de Pedro, disse que Maria José teria aproveitado que estava brigada com Pedro para se relacionar com outros homens. Desse modo, podemos perceber na fala de Maria Modesto que ela não aprovava o relacionamento de Maria José e Pedro.

Não foi Maria José quem buscou a reconciliação e sim Pedro. O ciúme dele, possivelmente, foi uma das causas da confusão promovida na saída do Bar Guarani. Já Maria José não negou que estava levando Raymundo para sua casa. Ela poderia querer causar ciúmes em Pedro, já que, segundo Raymundo, ao chegar perto de sua casa, ela disse que não queria mais sua companhia.

Os valores das classes subalternas não correspondem aos valores da classe burguesa, isso inclui o casamento. Boa parte da classe trabalhadora mantinha relacionamentos em regime de mancebia ou realizavam o casamento religioso, mas o casamento formalizado em cartório era mais incomum.¹⁵ Diferente das classes mais abastadas que formalizavam os seus relacionamentos amorosos em registro civil e religioso. No Amapá, o discurso das autoridades governamentais era de adequar as ações da população do território aos ideais das classes dominantes. Mas, de acordo com Sidney Chalhoub:

os populares estavam imbuídos de normas próprias reguladoras de suas desavenças, possuíam noções próprias de justiça e, quando envolvidos em situações de conflito, seguiam rituais de conduta que mostravam apego a valores muitas vezes opostos àqueles prezados pelas classes dominantes (Chalhoub, 2012, p. 309).

Sidney Lobato descreve as preocupações da Igreja Católica e do governo territorial amapaense sobre as mudanças comportamentais das mulheres e sobre a necessidade de disciplinar as famílias, especialmente as mulheres. O historiador amapaense aponta que o discurso hegemônico intencionava que as amapaenses assumissem um papel de comportamento frágil e submisso, mas os modos de vida amazônicos e as maneiras como as mulheres empobrecidas reagiam à insegurança estrutural não permitiam que elas fossem frágeis, dependentes e submissas (Lobato, 2019, p. 210). Assim, no discurso, a classe dominante poderia almejar regular os valores e comportamentos de trabalhadoras e trabalhadores pobres, mas, na prática, essas pessoas tinham seus próprios padrões e

¹⁵ Sobre a questão do casamento no Território Federal do Amapá, ver: Senhoras das casas e das ruas: o cotidiano das trabalhadoras. In: LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019.

entendimentos de justiça, honra e violência — valores que nem sempre eram os mesmos daqueles que detinham o poder.

Considerações finais

A área urbana do município de Macapá era relativamente pequena. Os prédios administrativos e as residências dos administradores do TFA localizavam-se no centro, nas proximidades das praças Barão do Rio Branco e Veiga Cabral, enquanto a maioria da população pobre amapaense habitava os bairros periféricos como Doca da Fortaleza, Laguinho, Favela e Trem.

Em Macapá, as prostitutas dividiam casas de habitação coletiva com outras prostitutas ou outros trabalhadores, geralmente outras trabalhadoras. Na residência de propriedade de Ocimar moravam diversas prostitutas e Odete, uma doméstica que ocupava a cozinha da casa com seus três filhos. Neste processo, fica evidenciado que na mesma rua havia outras moradias coletivas com a presença de prostitutas, inclusive uma quase em frente à referida residência. Já a casa de Leonor, era habitada por ela e outras prostitutas, não havia outros trabalhadores, sendo considerada um bordel.

As casas das meretrizes tinham uma dupla função: eram moradias e local de trabalho. Durante o dia eram usadas como residência e à noite elas levavam suas companhias após uma festa ou uma diversão boêmia em um botequim.¹⁶ Enquanto os demais trabalhadores e trabalhadoras terminavam o seu turno de serviço durante o dia, as prostitutas iniciavam a sua jornada de trabalho no período noturno.¹⁷

Todas essas casas localizavam-se no bairro do Trem, um bairro operário de Macapá. Esse bairro está localizado nas proximidades do centro e na década de 1950 era habitado principalmente por migrantes que buscavam se estabelecer na cidade. As prostitutas circulavam pelas ruas da cidade livremente, ou seja, não tinham um espaço restrito a elas¹⁸ desde que se comportassem de maneira “aceitável”, pois a prostituta devassa e escandalosa não era aceita pelos vizinhos.

As prostitutas mantinham relacionamentos amorosos, se amasiavam, largavam seus parceiros, impunham suas vontades e seus desejos. Também é evidente a participação do

¹⁶ Excetuando o bordel de Leonor.

¹⁷ Falamos sobre essa questão do turno de trabalho de forma geral, pois as fontes nos levaram a essa conclusão.

¹⁸ As ruas da cidade não possuíam restrições quanto a profissão ou classe social, mas em ambientes privados, como clubes sociais, a situação era diferente.

botequim como observatório popular,¹⁹ em que pudemos observar os conflitos ocasionados pelo álcool, ciúmes e a valentia masculina. Conflitos esses em que as prostitutas eram testemunhas, vítimas, participantes ativas como apaziguadoras e até mesmo causando a ira masculina com um simples “não” ou por ciúmes por parte de seus amásios.

Portanto, as prostitutas estavam inseridas em um cotidiano de violência que as afetava. Eram mulheres marginalizadas por causa do gênero, do trabalho e da classe social. Contudo, era a prostituição que motivava os conflitos e os desentendimentos em que elas se envolviam, basta ver o tratamento dado a elas pelo senhorio e pela vizinhança. Afinal, eram mulheres indecorosas, vulgares, escandalosas e não mereciam ser respeitadas, a menos que fossem discretas, como a sociedade amapaense esperava.

Apesar de serem mulheres trabalhadoras que se sustentavam e não eram dependentes financeiramente de um homem, as prostitutas não estavam livres de ser agredidas. Uma parcela dos homens pobres agia com violência contra as mulheres por não conseguir exercer poder sobre elas nem fazer com que fossem submissas a eles.

Sendo assim, nos bairros periféricos de Macapá, o cotidiano de homens e mulheres estava concentrado no trabalho, lazer, amores e amizades. Relações sociais marcadas por códigos próprios de comportamento, rixas e violência. E apesar de o Estado tentar disciplinar os trabalhadores e trabalhadoras, estes seguiam fazendo suas visitas aos botequins, se amasiando e trocando de companheiros quando achavam necessário.

Referências

Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá. Caixa nº 84, Processo nº 727, de 11 de janeiro de 1953.

Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá. Caixa nº 84, Processo nº 1.260, de 10 de abril de 1958.

Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá. Caixa nº 272, Processo nº 585, de 23 de janeiro de 1952.

Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá. Caixa nº 275, Processo nº 649, de 18 de junho de 1952.

¹⁹ “[...] o papel do botequim ou da venda como centro aglutinador e difusor de informações entre os populares. E, mais do que isso, a referência à venda como ‘observatório popular’ sugere que este é um ponto privilegiado, uma espécie de janela aberta, para o estudo dos padrões de comportamento dos homens em questão”. (Chalhoub, 2012, p. 312).

- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV. AA. *Cruzamento: Raça e Gênero*. Brasília: UNIFEM, 2004.
- DA SILVA, Amanda Cristina Souza. *Mulheres de vida livre: prostituição e mundos do trabalho na Amazônia setentrional*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1980.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019.
- LOBATO, Sidney. O despertar de Orfeu: prazer e lazer dos trabalhadores de Macapá (1944-1964). In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, p. 223-241. Disponível em: www.revistatopoi.org.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*; tradução de Magda Lopes. — São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- PAZ, Adalberto Junior Ferreira. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)* – São Paulo: Hucitec, 1999.